

Europa-Espaço ou Europa-Potência?

Eduardo Prado Coelho

Reflexão sobre:

"Rapport sur l'état de l'Union Européenne 2000",

organizado por Jean Paul-Fitoussi com o apoio do Observatoire Français des
Conjonctures Économiques,

Fayard; Presses de Sciences Po, 2000

Sentimos que se está num momento de viragem em que é preciso ultrapassar o ronronar comodista dos discursos do costume e afrontar uma série de problemas que não podem ser adiados. A intervenção de Joschka Fischer, em 12 de Maio, teve o enorme mérito de lançar pistas para um debate fundamental e fez (como se pôde ver em Portugal) sair os coelhos da toca: as posições extremaram-se. António Guterres (que tem o enorme mérito de se ter colocado na primeira linha da nova geração de dirigentes europeus, entre os quais se contam certamente Gerhard Schroeder e Lionel Jospin, mas também o mais europeu dos responsáveis políticos que a Inglaterra tem tido, Tony Blair) acaba de declarar, em entrevista ao jornal PÚBLICO (24.7.00), que a questão federal tem de ser encarada sem hesitações: "estou totalmente disponível – e acho que Portugal deve estar disponível – para discutir o modelo federal na Europa. Mas não um modelo federal num plano estritamente político e sem tirar as consequências no plano económico, o que seria inevitavelmente um modelo de esmagamento dos países mais fracos por países mais poderosos e ricos". E estas reticências bem acentuadas têm certamente a ver com as propostas de Fischer: um verdadeiro parlamento e um verdadeiro governo europeu, mas, ao mesmo tempo, a criação de um "centro de gravidade" com os países mais disponíveis para avançarem no sentido político determinado por um mecanismo da vanguarda europeia.

Por outro lado, sente-se que a opção entre o aprofundamento e o alargamento é um problema verdadeiramente crucial para o qual são insuficientes as soluções mais ou menos verbais ou mágicas (porque é sempre possível encontrar um ponto ideal que corresponderia à ideia mítica de uma síntese). E estas dificuldades associam-se a um clima de deslegitimação intelectual da ideia europeia, na medida em que até agora tudo parece centrar-se em questões económicas, e em que, sobretudo, em nome da necessidade de não ficar atrás dos Estados Unidos da América, parece avançar-se no sentido da adopção de um modelo económico em que predominam as concepções mais badaladas do neo-liberalismo.

Entretanto, os problemas acumulam-se, e os cidadãos, pouco mobilizados pela democraticidade e transparência dos processos de decisão, tendem a cair numa certa melancolia distanciada. Para citar Jacques Delors (num texto significativamente intitulado "Ma vision d'une Fédération des États-Nations", publicado no número de Julho-Agosto de "Le Monde des Debats"), qualquer de nós espera rapidamente resultados concretos no plano do estabelecimento de uma verdadeira União Económica, mas espera também medidas visíveis em relação à preservação da paz na Europa, ou em matérias de política externa, ou no domínio tão sensível do combate coordenado à criminalidade (que tende cada vez mais a ser uma realidade globalizada). É pelo concreto que se fará a prova dos nove (que neste caso até são muitos mais).

É por isso que a leitura do “Rapport sur l’état de l’Union Européenne 2000”, organizado por Jean Paul-Fitoussi, com o apoio de uma equipa de colaboradores do Observatoire Français des Conjonctures Économiques, e publicado pela Fayard/ Presses de Sciences Po em Junho de 2000, não é apenas uma actividade de maior ou menor inventário administrativo, mas permite-nos conhecer, por vezes em pormenor bastante colorido, o estado de questões que tendemos frequentemente a formular ao sabor do vento mais ou menos ideológico de alguns confrontos politicamente espectaculares.

Como acentuam os autores, não se trata aqui de analisar todas as questões em termos de exaustividade, mas de avançar com alguma atenção e pormenor no conhecimento de certas áreas particularmente significativas. É claro que este texto é certamente anterior à tomada de posição de Fischer, e por isso começa logo de entrada por apelar para aquilo que a intervenção do ministro “verde” alemão desencadeou: precisamos de entrar num debate verdadeiramente político, porque é de um projecto político para a Europa que importa falar. Ou, postas as coisas noutros termos, precisamos de saber se queremos apenas uma Europa-espaço ou se pretendemos construir uma Europa-potência dos valores e da cultura. E Fitoussi adverte que os Governos podem tentar subtrair-se à discussão porque a tendência em período de crescimento é para fazer exactamente o contrário do que se fazia em período de depressão: antigamente, tudo o que acontecia de mal era culpa da Europa, agora tudo o que acontece de bem é mérito dos Governos. Por outras palavras, “depois de se ter europeizado a estagnação, nacionaliza-se o crescimento”. Os autores consideraram, na edição anterior deste relatório que se pretende anual, que existiam quatro modelos em jogo: um de separação entre o económico e o social, outro que se pode definir como um modelo liberal, outro que passaria pelo retorno às soberanias nacionais e por fim um modelo federal. O que se passa neste momento é que tanto o terceiro modelo (retorno às soberanias nacionais) como o quarto (federal) parecem por agora pouco adequados, uma vez que estamos ainda no período oscilatório de indecisão entre o meio-nacional e o meio-europeu. Nesta ordem de ideias, estaríamos, portanto, perante uma solução mais ou menos vacilante entre os dois primeiros modelos. E, apesar dos esforços para coordenar o económico e o social, devemos reconhecer que na “Constituição” implícita do actual projecto europeu se verifica “uma clara subordinação das políticas sociais às políticas económicas”.

O livro constrói-se ao longo de sete capítulos que procuram tratar de temas considerados essenciais: um balanço de um ano de união monetária (que deve ter em conta que o “euro” não faz parte ainda do imaginário do cidadão europeu, que assiste algo atónito à boa surpresa que é o aparecimento de uma situação de crescimento e ao mesmo tempo aos efeitos psicologicamente perturbantes de uma depreciação do “euro” enquanto moeda que tem inevitavelmente um valor simbólico), a questão da estruturação do grande mercado europeu (e sobretudo do significado das impressionantes manobras que se operam no espaço das empresas), a ideia de serviço público, o problema do desemprego e do mercado de trabalho (que alguns consideram que se resolveria num ápice se se seguisse a lição do “amigo americano”), a política de convergência face às grandes assimetrias regionais, e por fim, como tema inevitável mas de certo modo lateral no projecto deste livro, a questão do alargamento depois dos efeitos políticos da Guerra do Golfo e a necessária e controversa reforma das instituições.

Na impossibilidade de entrarmos no pormenor de todas estas matérias, tentemos ir ao cerne das questões essenciais. Para Fitoussi e os seus colaboradores, “a presente conjuntura na Europa permite aliás um teste em relação às teses em presença: não foram as reformas do mercado de trabalho que presidiram ao retorno do crescimento, uma vez que na grande maioria dos países europeus elas

ainda não começaram a ser empreendidas, mas, sim, a suspensão das políticas restritivas tanto monetárias como orçamentais” (o que era, como se sabe, a tecla preferida de Fitoussi).

De qualquer forma, talvez não devamos ter grandes ilusões neste capítulo. Em nome do grande desafio colocado pelos americanos (Guterres na referida entrevista: “Num mundo que se globaliza e num novo paradigma económico em que o conhecimento se transformou no principal factor de riqueza, em que o ritmo de acumulação de conhecimento e da sua integração nos processos económicos e sociais não tem paralelo na História, a Europa parecia estar irreversivelmente a perder em relação aos EUA.”), a tendência será para utilizar a concorrência fiscal e social para, juntamente com os grandes temas da sociedade da informação, fazer face aos americanos. Isto passará pela persistência da moderação salarial, pela grande obsessão da flexibilidade no mercado de trabalho e pelo abaixamento dos custos salariais. Por isso se verificou no Encontro de Lisboa a adopção das grandes teses de Tony Blair em matéria de trabalho e protecção social. E talvez a questão perpassasse por alguma ambiguidade nas formulações de António Guterres na referida entrevista: “O que estamos a fazer é vencer alguns tabus de uma falsa concepção ideológica do que é o modelo social europeu para o podermos concretizar nas condições de exigência e de competitividade do nosso tempo”.

Será assim tão ideológica e tão falsa? E será que a adopção da concorrência fiscal e social permitirá a concretização de uma versão não ideológica de um modelo social europeu? Este relatório do Observatoire des Conjonctures Économiques não permite avançar aqui com demasiadas certezas. Por exemplo, segundo Fitoussi, “sempre que a concorrência fiscal se desenvolveu – entre cidades, entre regiões, entre Estados em sistemas federais – assistiu-se geralmente a uma degradação da qualidade dos serviços públicos. A razão é evidente: a pobreza do sector público nunca foi, nem poderá ser, sinónimo de qualidade”.

Guterres declara na entrevista concedida a Teresa de Sousa: “Os mercados em que se deram grandes passos no sentido da liberalização foram aqueles em que predominavam formas de monopólio público. O que é inteiramente incompatível com a visão moderna da defesa dos interesses dos consumidores”. O que o “Rapport” demonstra, com ampla soma de informações, é que uma coisa é o que se declara ser o interesse dos consumidores visto numa perspectiva de curto prazo, outra o que são esses interesses numa perspectiva a longo prazo. Ora o longo prazo está pouco presente na actual política europeia neste domínio. Como se conclui pela leitura deste livro, e a partir de uma impressionante síntese de múltiplos dados económicos e sociais, “a lógica que preside à política europeia da concorrência apresenta, se levada às últimas consequências, perigos evidentes. Em nome do respeito dos princípios de liberdade de escolha do consumidor e da igualdade das condições de concorrência com que se confrontam as empresas no seio do mercado interior europeu, a intervenção pública poderia ser posta em causa em numerosos domínios que hoje pertencem, em certos Estados membros, ao sector público. Poderá isso acontecer para sectores em que hoje o público e o privado partilham responsabilidades, como na educação, na saúde mas também na banca ou nos seguros, como ainda em numerosos aspectos da protecção social; e igualmente em relação às produções culturais, agrícolas, etc., sectores que hoje aparecem como excepções admissíveis – tanto em relação à política da concorrência como em relação à política da liberalização comercial, que de certo modo constitui a sua vertente externa. Conseguir-se-á conciliar os objectivos de solidariedade, de ordenamento do território, de identidade e de diversidade culturais ou outras, que hoje é suposto inspirarem as modalidades de intervenção já referidas, e, por conseguinte, os numerosos entorses ao direito comum da concorrência, com os imperativos da rentabilidade de actividades comerciais?”.

É por tudo isto que a leitura deste Relatório me parece sobretudo indispensável para aqueles que pensam que uma Europa política dos valores e da cultura implica a persistência de mecanismos de intervenção estatais que doutro modo serão rapidamente destruídos pela lógica da concorrência económica, da suposta defesa dos consumidores (que neste caso têm as costas largas) e da necessidade de não perdermos o grande desafio que nos é lançado pelo inexorável e mundializado modelo americano.